

Sumário

PARTE GERAL

CAPÍTULO I – JURISDIÇÃO E AÇÃO	21
1. JURISDIÇÃO.....	21
1.1. Conceito de jurisdição.....	21
1.2. Princípios da jurisdição.....	21
1.2.1. Investidura.....	21
1.2.2. Indelegabilidade.....	22
1.2.3. Aderência ou territorialidade.....	22
1.2.4. Indeclinabilidade.....	22
1.2.5. Inércia.....	23
1.3. Espécies de Jurisdição.....	23
1.4. Competência.....	25
1.4.1. Conceito.....	25
1.4.2. Perpetuação da jurisdição.....	25
1.4.3. Critérios de determinação da competência.....	26
1.4.3.1. Critério territorial.....	26
1.4.3.2. Critério <i>intuitu personae</i>	28
1.4.4. Classificação de competência.....	29
1.4.5. Modificação de competência.....	31
1.4.6. Conflito de competência.....	32
1.4.7. Cooperação nacional.....	33
2. AÇÃO.....	34
2.1. Conceito de ação.....	34
2.2. Conceito de demanda.....	34
2.3. Elementos da ação.....	34
2.4. Legitimidade e interesse.....	35
CAPÍTULO II – SUJEITOS DO PROCESSO	37
1. SUJEITOS DO PROCESSO.....	37
1.1. Partes, procuradores e gratuidade.....	37
1.1.1. Capacidades.....	38
1.1.2. Verificação das incapacidades.....	38

1.1.3.	Deveres das partes e de seus procuradores	39
1.1.4.	Responsabilidade das partes por dano processual	41
1.1.5.	Despesas, dos honorários advocatícios e das multas	42
1.1.6.	Dos procuradores	46
1.1.7.	Gratuidade da justiça	49
2.	LITISCONSÓRCIO	51
2.1.	Conceito	51
2.2.	Espécies	51
2.2.1	Quanto à posição dos sujeitos	51
2.2.2	Em relação ao momento de sua formação	52
2.2.3	Quanto à obrigatoriedade de sua formação	52
2.2.4	Quanto à uniformidade da decisão	53
3.	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	54
3.1.	Assistência	55
3.2.	Denúnciação da lide	56
3.3.	Chamamento ao processo	57
3.4.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	58
3.5.	“Amicus curiae”	58
4.	O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL	58
CAPÍTULO III – ATOS PROCESSUAIS		61
1.	NOÇÕES INICIAIS	61
2.	ATOS PROCESSUAIS DAS PARTES	61
3.	ATOS PROCESSUAIS DO JUIZ	62
4.	TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS	62
5.	LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS	63
6.	NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS	63
7.	PRÁTICA ELETRÔNICA DE ATOS PROCESSUAIS	64
8.	PRAZOS	65
8.1.	Noções iniciais	65
8.2.	Forma de contagem e disposições importantes dos prazos	65
8.3.	Verificação dos prazos e das penalidades	67
9.	COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	68
9.1.	Noções iniciais	68
9.2.	Cartas	68
9.3.	Citação	69
9.4.	Modalidades	71
9.4.1.	Dicas da citação por carta	72
9.4.2.	Citação por oficial/mandado	72
9.4.3.	Citação por edital	73
9.5.	Intimações	74

CAPÍTULO IV – TUTELA PROVISÓRIA	77
1. NOÇÕES INICIAIS.....	77
2. TUTELAS DE URGÊNCIA	78
2.1. Tutela antecipada	79
2.2. Tutela cautelar	83
2.2.1. Alguns modelos importantes de medidas de urgência de natureza cautelar	84
3. TUTELA DE EVIDÊNCIA.....	95

PARTE ESPECIAL

CAPÍTULO I – PROCEDIMENTO COMUM.....	99
1. PETIÇÃO INICIAL.....	99
1.1. Conceito.....	99
1.2. Requisitos	99
1.3. Modelo de petição inicial	102
1.4. Modelos importantes de petições iniciais de procedimento comum	108
2. ADMISSIBILIDADE	135
2.1. Emenda da inicial	135
2.2. Indeferimento da inicial.....	135
2.3. Improcedência liminar do pedido.....	137
2.4. Recebimento.....	137
3. AUDIÊNCIA DE AUTOCOMPOSIÇÃO.....	137
4. RESPOSTA DO RÉU	138
4.1. Contestação.....	138
4.2. Reconvenção.....	144
5. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES	147
5.1. Aspectos gerais	147
6. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	149
6.1. Extinção do processo	149
6.2. Julgamento antecipado do mérito	150
6.3. Julgamento antecipado parcial do mérito.....	150
7. SANEAMENTO E DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	150
8. PROVAS.....	151
8.1. Ônus da prova.....	151
8.2. Produção antecipada de provas	152
8.3. Provas em espécie.....	153
8.3.1. Ata notarial	153
8.3.2. Depoimento pessoal.....	153
8.3.3. Confissão.....	154
8.3.4. Exibição de documento ou coisa.....	155

8.3.5.	Prova documental.....	156
8.3.5.1.	Produção da prova documental.....	157
8.3.6.	Prova testemunhal.....	158
8.3.6.1.	Produção da prova testemunhal.....	159
8.3.7.	Prova pericial.....	161
8.3.8.	Inspeção judicial.....	164
9.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	164
10.	SENTENÇA E COISA JULGADA.....	167
10.1.	Noções iniciais.....	167
10.2.	Elementos e efeitos da sentença.....	168
10.3.	Da remessa necessária.....	170
10.4.	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	171
11.	COISA JULGADA.....	172
CAPÍTULO II – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....		175
1.	LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	175
1.1.	Liquidação.....	175
1.2.	Cumprimento de sentença.....	176
1.2.1.	Noções iniciais.....	176
1.2.2.	Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	179
1.2.3.	Obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa.....	180
1.2.4.	Obrigações para pagamento de quantia certa.....	182
1.2.5.	Modelos relacionados ao cumprimento de sentença.....	184
CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....		189
1.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	189
1.1.	Procedimentos especiais previstos no CPC.....	189
1.1.1.	Ação de consignação em pagamento.....	190
1.1.2.	Embargos de terceiro.....	197
1.1.3.	Ação monitória.....	203
1.1.4.	Ações possessórias.....	209
1.1.5.	Inventário e partilha.....	213
1.1.6.	Habilitação.....	215
1.1.7.	Ações de família.....	218
1.1.7.1.	Modelos das ações de família.....	219
1.1.8.	Interdição.....	236
1.1.9.	Tomada da decisão apoiada e os impactos do Estatuto da Pessoa com Deficiência sobre o Código Civil.....	239
1.2.	Procedimentos especiais previstos em leis extravagantes.....	241
1.2.1.	Ação de alimentos.....	241
1.2.2.	Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/09).....	244

1.2.3.	Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85).....	256
1.2.4.	Ação popular (Lei nº 4.717/65).....	264
1.2.5.	Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/95).....	268
1.2.6.	Ações reguladas na Lei nº 8.245/91.....	272
CAPÍTULO IV – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.....		279
1.	EXECUÇÃO.....	279
1.1.	Aspectos gerais.....	279
1.2.	Requisitos para a realização da execução.....	279
1.3.	Desistência da execução.....	283
1.4.	Impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/1990).....	283
1.5.	Execução de título extrajudicial.....	285
1.5.1.	Obrigações de fazer e não fazer.....	286
1.5.2.	Obrigações para entrega de coisa.....	287
1.5.3.	Obrigações para pagamento de quantia.....	288
1.6.	Execução fiscal.....	296
CAPÍTULO V – MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....		303
1.	RECURSOS.....	303
1.1.	Conceito.....	303
1.2.	Fundamentos.....	304
1.3.	Princípios.....	304
1.4.	Pressupostos de admissibilidade.....	307
1.5.	Efeitos.....	309
1.6.	Principais modalidades.....	310
1.6.1.	Apelação.....	310
1.6.2.	Agravo de instrumento.....	320
1.6.3.	Agravo interno.....	326
1.6.4.	Embargos de declaração.....	329
1.6.5.	Recurso ordinário constitucional.....	333
1.6.6.	Recurso especial.....	336
1.6.7.	Recurso extraordinário.....	345
1.6.8.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	352
1.6.9.	Embargos de divergência.....	355
1.6.10.	Recurso adesivo.....	357
2.	AÇÃO RESCISÓRIA.....	358
CAPÍTULO VI – PARECER JURÍDICO.....		367
1.	BREVE NOTA INTRODUTÓRIA.....	367
2.	CONCEITO, ESTRUTURA E FINALIDADE DO PARECER JURÍDICO.....	368

3.	A EMENTA.....	369
4.	CASO PRÁTICO. CONSTRUÇÃO DO PARECER.....	369
CAPÍTULO VII – DIREITO DO CONSUMIDOR		371
1.	UMA ABORDAGEM AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	371
2.	RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO.....	374
2.1.	Quem é o consumidor?	374
2.2.	Quem é o fornecedor?.....	381
2.3.	Produto e serviço.....	384
3.	OS PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	386
3.1.	Da vulnerabilidade.....	386
3.2.	Do dever governamental.....	386
3.3.	Da harmonização e compatibilização da proteção ao consumidor	386
3.4.	Da boa-fé objetiva.....	387
3.5.	Da equidade.....	387
3.6.	Da educação e informação dos consumidores.....	388
3.7.	Do controle de qualidade e mecanismos de atendimento pelas próprias empresas.....	389
3.8.	Da racionalização e melhoria dos serviços públicos	389
3.9.	Da coibição e repressão das práticas abusivas	389
3.10.	Do estudo das modificações do mercado	389
3.11.	Da garantia do crédito responsável.....	390
4.	DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR	390
4.1.	A proteção da vida, saúde e segurança.....	391
4.2.	Educação, informação e liberdade de escolha	392
4.3.	Informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços	392
4.4.	Proteção contra a publicidade enganosa e abusiva	394
4.5.	A modificação e a revisão das cláusulas contratuais	394
4.6.	A prevenção e a reparação integral dos danos.....	395
4.7.	Facilitação do acesso à justiça e à administração	396
4.8.	Facilitação da defesa e a inversão do ônus da prova.....	397
4.9.	Garantia do crédito responsável e do mínimo existencial	398
5.	A ADEQUADA E EFICAZ PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM GERAL	398
6.	A RESPONSABILIDADE CIVIL NO CDC.....	399
6.1.	A ocorrência do vício do produto e do serviço.....	399
6.1.1.	A decadência. Análise do artigo 26 do CDC	402
6.2.	A ocorrência do fato do produto e do serviço	403
7.	DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	419
8.	OFERTA	421
9.	DA PUBLICIDADE.....	422
10.	DAS PRÁTICAS ABUSIVAS.....	423
10.1.	Venda casada	426

10.2. Venda quantitativa.....	427
10.3. Recusa de atendimento	427
10.4. Fornecimento de produto/serviço não solicitado.....	428
10.5. Aproveitamento da vulnerabilidade do consumidor.....	428
10.6. Exigir vantagem excessiva	428
10.7. Serviços sem orçamento.....	428
10.8. Repasse de informações depreciativas.....	429
10.9. Descumprir normas técnicas.....	429
10.10. Recusa de venda direta ou à vista.....	429
10.11. Elevação dos preços sem justa causa de produtos e serviços	429
10.12. Inexistência de prazo para o cumprimento da obrigação	429
10.13. Aplicar fórmula ou reajuste diverso do legal	429
11. COBRANÇA DE DÍVIDAS	429
12. BANCO DE DADOS.....	431
13. PROTEÇÃO CONTRATUAL	433
14. DIREITO DE ARREPENDIMENTO	437
15. DA GARANTIA CONTRATUAL.....	438
16. CLÁUSULAS ABUSIVAS.....	438
17. DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E CONSÓRCIO	441
18. A COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS E MÓVEIS	442
19. DOS CONTRATOS DE ADESÃO.....	445
20. DA PREVENÇÃO E DO TRATAMENTO DO SUPERENDIVIDAMENTO	445
20.1. Conceito de superendividamento	445
20.2. Não aplicação da lei do superendividamento	446
20.3. Dever de informar previamente à oferta	446
20.4. Vedações às condutas do fornecedor na oferta do crédito ou serviços.....	447
20.5. Sanção por descumprimento de qualquer dos deveres previstos para a concessão de crédito responsável.....	449
20.6. Contratos conexos, coligados ou interdependentes.....	449
21. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	450
21.1. Tutela dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas de danos (artigo 81 do CDC).....	450
21.2. Legitimação ativa concorrente (artigo 82 do CDC).....	451
21.3. Efetividade da tutela jurídica processual (artigo 83 do CDC).....	451
21.4. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos.....	451
21.5. Coisa julgada coletiva	451
21.6. Revisão e da repactuação da dívida em bloco e plano de pagamentos.....	452
22. DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO.....	455
23. DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO.....	455
CAPÍTULO VIII – PROVAS ANTERIORES.....	457